



A EFICÁCIA DE UM CURSO DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL OFERTADO REMOTAMENTE NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

The efficacy of a food and nutritional education course offered remotely within the scope of the national school feeding program

Laura Carolina Fagundes BARACY¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Crispiana Teixeira de OLIVEIRA²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Amanda Souza SILVA-SPERB³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Mariane da Silva DIAS⁴

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Luciana Dias de OLIVEIRA⁵

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

RESUMO: A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) visa a promoção da autonomia e hábitos alimentares saudáveis. Fundamentada nos princípios da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada, também representa uma importante estratégia para promoção da alimentação saudável no ambiente escolar. Objetivo: Avaliar a

¹ Graduada em Nutrição; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; E-mail: fagundesslaura@gmail.com

² Graduada em Nutrição; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; E-mail: crispianateixeiradeoliveira@gmail.com

³ Doutora em Gastroenterologia e Hepatologia; Universidade do Rio Grande do Sul; Agente do Programa Nacional de Alimentação Escolar do CECANE - UFRGS. E-mail: amandanutri0@gmail.com

⁴ Doutora em Epistemologia e Mestre em Saúde Pública; Professora do curso de Nutrição; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: marianedias.md@gmail.com

⁵ Doutora e Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente; Professora do curso de Nutrição; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: dialu73@hotmail.com



eficácia de um curso ofertado pelo Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul de forma remota, sobre EAN, para nutricionistas e educadores, atores do PNAE Metodologia: Estudo exploratório realizado em diferentes regiões do país que contou com cursistas participantes das edições do curso entre 2017 e 2022. Os dados foram obtidos através de um questionário online, enviado para todos os participantes concluintes dentro do período estipulado. Resultados e Discussão: Entre as facilidades encontradas pelos cursistas estão o apoio do município, bem como a inclusão da comunidade escolar. Enquanto as dificuldades se dão principalmente pela alta demanda de trabalho e a pandemia de covid-19. Os resultados deste artigo evidenciam que há eficácia em relação ao curso, uma vez que 78% dos participantes relataram aplicar os planos de EAN. Conclusão: A partir dos resultados, se reforça a importância da oferta do curso considerando-se a continuidade da ampliação dos conhecimentos e formação no âmbito da EAN por parte dos profissionais da educação e da nutrição, em conjunto com a valorização e condições de trabalho adequadas para o desenvolvimento das práticas de EAN e em consonância com a legislação e a política pública de alimentação escolar do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação alimentar e nutricional; Alimentação Escolar; Nutricionistas; Educadores.

ABSTRACT: Introduction: Educação Alimentar e Nutricional (EAN) (Food and Nutrition Education) aims to promote autonomy and healthy eating habits. Based on the principles of Food and Nutrition Security (SAN) and the Human Right to Adequate Food (DHAA) it also represents an important strategy for promoting healthy eating in the school environment. Objective: To assess the effectiveness of an online course offered by the Collaborating Center for School Feeding and Nutrition at the Federal University of Rio Grande do Sul on EAN for nutritionists and educators, key actors of the National School Feeding Program (PNAE). Methodology: This exploratory study was conducted in different regions of the country, with participants from course editions between 2017 and 2022. Data were obtained through an online questionnaire sent to all participants who completed the course within the stipulated period. Results and Discussion: Among the facilitators reported by the participants were municipal support and the involvement of the school community. The main challenges included the high workload and the COVID-19 pandemic. The results of this study demonstrate the course's effectiveness, as 78% of participants reported applying the FNE plans. Conclusion: Based on the results, the importance of continuing the course offering is reinforced, considering the need for ongoing expansion of knowledge and training in EAN for education and nutrition professionals, alongside the recognition of adequate working conditions for the development of EAN practices, in alignment with Brazilian legislation and the national school feeding policy.

KEYWORDS: Food and Nutritional Education; School Feeding; Nutritionist; Educators.

INTRODUÇÃO

Definida como um campo do conhecimento de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) visa a promoção da autonomia e hábitos alimentares saudáveis (Brasil, 2012). Fundamentada nos princípios da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito



Humano à Alimentação Adequada (DHAA), também representa uma importante estratégia para promoção da alimentação saudável no ambiente escolar.

Inserido nesse contexto, o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) é responsável pela alimentação dos alunos da educação básica no Brasil, com objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis, tendo como uma de suas diretrizes a inclusão da EAN no processo de ensino e aprendizagem (Brasil, 2009).

Considerando-se o DHAA e a SAN, um dos pilares importantes do PNAE é o planejamento e execução de ações de EAN. Conforme a resolução nº 06/2020 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que versa sobre o atendimento da alimentação escolar, em seu artigo 5º, que trata da diretriz da EAN, está prevista a inclusão do tema de maneira transversal no currículo escolar e em consonância com o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (MDS, 2012), abordando o desenvolvimento de práticas e habilidades que promovam hábitos saudáveis, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, incluindo todas as áreas de aprendizagem.

Segundo o PNAE, a presença do nutricionista como responsável técnico pela alimentação escolar é obrigatória e, além da elaboração dos cardápios, cabe a esse profissional fomentar ações de EAN, incentivando práticas alimentares saudáveis. De acordo com a resolução 788 de 2024 do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) são atribuições do Nutricionista que trabalha no PNAE:

“Planejar, monitorar e manter registro do desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional (EAN), para os alunos, envolvendo a comunidade escolar, considerando a necessidade de que estas: a) estejam integradas ao processo de ensino e aprendizagem, de acordo com a faixa etária e a etapa/modalidade de ensino, envolvendo os demais profissionais da educação e abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional”



A Resolução (788/2024) reforça a importância da confluência de conhecimentos e métodos de trabalho entre o educador e o nutricionista, indispensável na prática cotidiana das ações de EAN no ambiente escolar.

De acordo com Magalhães e Porte, 2019, o educador é o principal mediador para esta ação, já que possui em seu cotidiano a vivência com as crianças, seus familiares e com a coordenação pedagógica escolar. Todavia, para que essa intervenção ocorra de maneira efetiva é necessário que os educadores estejam capacitados e conscientizados quanto à construção dos projetos políticos pedagógicos das escolas, de modo que a EAN seja abordada durante todo o calendário escolar.

É importante que a alimentação, inserida no contexto escolar, apresente um caráter intersetorial e interdisciplinar, envolvendo os diferentes atores e, dessa forma, fomentando que a educação ocorra em todas as áreas de aprendizado, sendo os educadores fundamentais na formação integral do aluno (Melgaço; Silva; Matos-De-Souza, 2023).

De acordo com a Nota Técnica nº 2810740/2022 do FNDE que esclarece quem são os atores sociais da EAN e as suas possibilidades de atuação, reforça que para a mobilização dos diferentes atores sociais do PNAE é necessário o compartilhamento de saberes, visando a construção contínua de parcerias e ações permanentes de fortalecimento para a participação desses atores nas agendas de EAN, incluindo a realização de cursos e processos formativos permanentes.

Para além da prática diária, a EAN também representa uma estratégia para prevenção e controle de problemas alimentares e nutricionais que acabam convergindo para as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e o incentivo e a valorização da cultura alimentar, e suas dimensões, baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis (Brasil, 2012). No entanto, Castro, Lima e Araújo (2021), destacam que as ações de EAN de maneira isolada não são suficientes para dar conta dos problemas atuais em nutrição, sendo necessário a interação entre conhecimento e prática, além de ações integradas que envolvam as suas famílias e comunidades.

Neste contexto, o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) desde 2017, promove o curso “Planejamento de ações de Educação Alimentar e Nutricional no



ambiente escolar” para nutricionistas e educadores envolvidos no PNAE com objetivo de instrumentalizar esses profissionais para o planejamento e o desenvolvimento de ações transversais, transdisciplinares e permanentes de EAN na comunidade escolar em que atuam.

O curso é oferecido anualmente a representantes de Entidades Executoras (EExs) no âmbito municipal, estadual e federal, com carga horária de 60 horas de formação interdisciplinar, em ambiente virtual de aprendizagem, com atividades síncronas e assíncronas a serem realizadas pelos cursistas, divididas em oito módulos. O curso é sempre oferecido para uma dupla composta por um Nutricionista e um Educador e o final do curso culmina com a criação de um Plano de EAN a ser aplicado na EExs de cada dupla. O Plano proposto é desenvolvido de forma gradual, em várias etapas, à medida que os cursistas avançam nos módulos sempre com o apoio dos tutores que realizam a mediação do curso.

Em vista do alcance que o curso já atingiu e da necessidade de avaliação de seu aproveitamento, o presente trabalho teve como objetivo avaliar a eficácia da criação dos planos de EAN e sua aplicabilidade nas EExs por parte dos cursistas envolvidos na proposta.

1. Metodologia

Este é um estudo de investigação qualitativa de caráter exploratório e descritivo, realizado com indivíduos que concluíram o curso “Planejamento de ações de Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar” no período de 2017 a 2022. No qual buscou-se compreender impressões sobre o curso, obstáculos, facilidades e aprendizados adquiridos, bem como as informações quanto à aplicabilidade do projeto de EAN desenvolvido durante o curso.

Para participar do curso os indivíduos são selecionados através de edital de chamada pública, com as vagas distribuídas por todo o território nacional. Até o presente momento 1.242 cursistas de 621 Entidades Executoras de todas as regiões do país já participaram do curso. Entre os quais, 471 EExs concluíram o curso conforme distribuição das vagas entre as cinco regiões do país, representando um percentual de



24,8% na Região Nordeste, 26,1% Região Sudeste, 32,7% Região Sul, 7,6% Região Centro-Oeste e 8,7% na Região Norte (Cecane, 2024).

A amostra do presente trabalho foi composta pelos indivíduos que finalizaram o curso e responderam ao questionário autoaplicado elaborado com a ferramenta *Google Forms* intitulado “Avaliação sobre o curso de EAN”, 59 indivíduos responderam ao questionário de avaliação.

O questionário foi composto por 28 perguntas objetivas e subjetivas, divididas em três seções. A primeira seção aborda questões relacionadas à avaliação do curso de EAN pelos cursistas, a segunda parte traz questões relacionadas a aplicabilidade do projeto de EAN desenvolvido durante o curso, e a última seção quanto à avaliação do curso. O processo de análise de dados aconteceu em três etapas (1) pré-análise; (2) exploração do material; e, (3) tratamento dos resultados e interpretação dos dados (Mendes; Miskulin, 2017). Para análise dos dados quantitativos foi utilizado o programa Microsoft Excel e realizado contagem frequencial das categorias identificadas. Enquanto para análise de resposta qualitativa, foi utilizado análise de discurso e nuvem de palavras.

O presente trabalho faz parte do Projeto de Extensão intitulado “Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar 2024: Ações para a Qualificação do PNAE”, aprovado pela Comissão de Extensão da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAMED UFRGS).

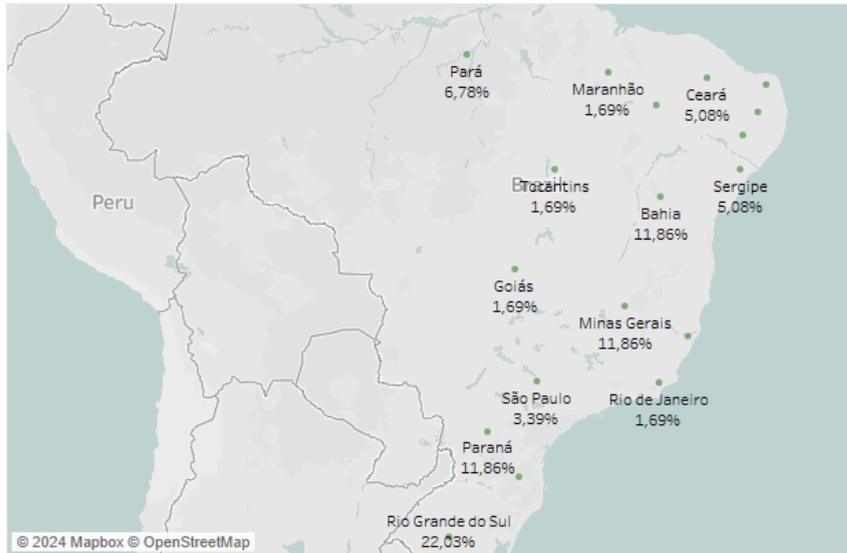
2. Resultados e discussão

Para este estudo foram analisadas as respostas de 59 cursistas que responderam o questionário e que realizaram o curso entre 2017 e 2022, sendo 37 nutricionistas (62,7%) e 22 educadores (37,3%). Destes, 53 são do sexo feminino (89,8%) e 6 do sexo masculino (10,2%).

Em sua maioria 13 (22%) cursistas representando o Rio Grande do Sul, seguido de 7 (11,8%) representantes da Bahia, 7 (11,8%) de Minas Gerais e 7 (11,8%) do Paraná, conforme mapa (Figura 1).



Figura 1



Fonte: Autores

Em relação à escolaridade dos cursistas, 42 (71,2%) tem cursos de especialização, 7 (11,8%) mestrado e 3 cursistas apresentam titulação de doutorado (5%).

Quanto à área de atuação dos profissionais da educação, em sua maioria são da pedagogia com 16 (27,2%) e psicopedagogia 2 (3,4%), com menor percentual aparece licenciatura em Biologia, Matemática, Alimentação Escolar e Educação Artística com 1 (1,7%) representante cada.

Quanto ao ano em que realizou o curso, 7 (11,8%) em 2017, 10 (16,9%) em 2018, 9 (15,2%) em 2019, 11 (18,6%) em 2020, 14 (23,7%) em 2021 e 8 (13,5%) no ano de 2022.

Em relação a aplicabilidade do projeto no município, 30 (50,8%) referem que conseguiram aplicar, enquanto 13 (2%) não conseguiram e 16 (27%) aplicaram parcialmente. Deste modo a maior parte (78%) dos cursistas conseguiram executar o plano elaborado, mesmo que de maneira parcial.

O período em que os cursistas relataram não conseguir aplicar o plano coincide com os anos de maior impacto da pandemia de coronavírus, entre 2020 e 2021. No entanto, frente a este cenário a execução do PNAE reforçou o seu papel na garantia da SAN, em decorrência do isolamento social houve um aumento do desemprego ou subemprego no país e conseqüentemente o acesso aos alimentos por parte dos

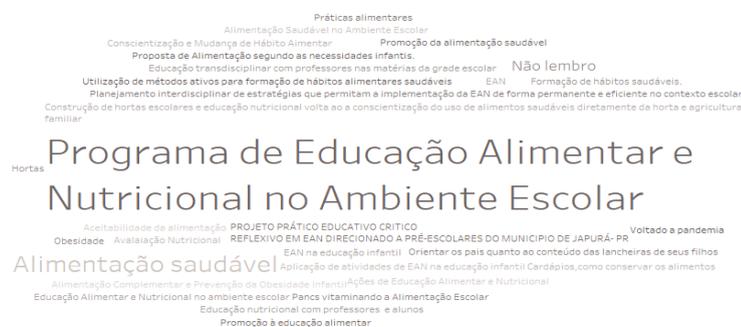


brasileiros se tornou escasso (Brasil, 2021). Neste cenário, a Resolução nº 02 de 09 de Abril de 2020 definiu a execução do PNAE durante o período de calamidade pública. Visando manter o acesso à alimentação de qualidade e em quantidade garantindo a SAN e o DHAA, o programa em caráter excepcional fez a distribuição dos gêneros alimentícios adquiridos para as famílias dos estudantes através de kit alimentares compostos preferencialmente por alimentos *in natura* e minimamente processados.

Ainda, em relação às práticas de EAN neste período recomendou-se que fossem mantidas seguindo as normas sanitárias vigentes. Nesta conjuntura o FNDE em setembro de 2020 lançou um documento intitulado “Recomendações para a execução do PNAE no retorno presencial às aulas durante a pandemia da COVID-19: Educação Alimentar e Nutricional e Segurança dos Alimentos” onde, recomendava-se adaptar as atividades conforme a realidade e especificidade da cada escola, e priorizava a execução das atividades de maneira individual para manter o distanciamento social como rodas de conversas, jogos de tabuleiros, exibição de vídeos, entre outros. No entanto, o momento também oportunizou tratar a alimentação enquanto prática social, que sofre influência das condições externas ao indivíduo, como, também, repercute no meio social. Sendo pautado também os desafios frente ao contexto pandêmico imposto à alimentação e à manutenção da saúde de toda população mundial e, em especial, no território brasileiro (Brasil, 2020).

Quanto à temática utilizada na no projeto de EAN elaborado pelos cursistas, analisado através da nuvem de palavras, percebe-se que o tema mais utilizado foi “Programa de Educação Alimentar e Nutricional” (Figura 2).

Figura 2: Nuvem de palavras que expressam as temáticas desenvolvidas pelos cursistas



Fonte: Autores



A figura 2 demonstra que apesar do curso ter como objetivo final a criação de um plano de Educação Alimentar e Nutricional, a percepção dos educadores e nutricionistas pode refletir uma falta de clareza sobre a distinção entre o tema em específico e a elaboração de um plano mais amplo de EAN, uma vez que a temática destacada na nuvem de palavras foi “Programa de Educação Alimentar e Nutricional”.

Ainda segundo Magalhães e Porte (2019), as dimensões culturais, sociais e psicológicas geralmente não são abordadas pelos educadores em suas ações, não considerando a sua importância para a promoção dos hábitos alimentares saudáveis, conforme observado na nuvem de palavras. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) reforça que a promoção da alimentação adequada e saudável se dá através da valorização dos aspectos biológicos e socioculturais dos indivíduos, bem como ao uso sustentável do meio ambiente.

Conforme o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, as práticas de EAN deve utilizar-se de recursos e abordagens problematizadores e ativos, de modo que favoreçam os o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que integram o comportamento alimentar (Brasil, 2012).

Quanto ao objetivo das ações desenvolvidas, 26 (44,1%) representavam atividades práticas com alunos e 6 (10,2%) eram denominadas “avaliação nutricional” ou “antropometria”.

Ao promover ações de avaliação nutricional, caracterizadas como EAN, além de não incentivar a autonomia e hábitos alimentares saudáveis, pode haver o entendimento de que a alimentação seja vista somente do ponto de vista biológico. Neste contexto, o caderno Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional elaborado pelo Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) ressalta que as ações realizadas devem instrumentalizar o indivíduo para escolhas melhores para o autocuidado, sendo um agente ativo no processo de aprendizagem a respeito das escolhas alimentares.



Atividades lúdicas, envolvendo a alimentação de forma ampliada, permitem, através do processo dinâmico entre a criança e o coletivo do qual ela faz parte, o desenvolvimento da autonomia, assim como o uso de múltiplas linguagens para a construção e a expressão de novos conhecimentos. De modo que a escola contribui para a construção de conhecimentos e formação de senso crítico sobre a alimentação (Maldonado *et al.*, 2021).

Conforme o Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) a ampliação da autonomia nas escolhas alimentares resulta no fortalecimento das pessoas, famílias e comunidades, desenvolvendo a capacidade de autocuidado e também de agir sobre os fatores do ambiente que determinam sua saúde. De modo que é fundamental que ações de EAN sejam desenvolvidas por diversos setores, incluindo a saúde e a educação.

Ao avaliar-se o direcionamento das ações de EAN, optou-se por padronizar as respostas em alunos, pais, equipe diretiva, e comunidade escolar quando envolvidas todas as opções. Neste eixo, as atividades voltadas para os alunos representavam 40 (67,8%), equipe diretiva e professores 10 (16,9%), pais 5 (8,5%), comunidade escolar como um todo 4 (6,8%).

Para Tombini *et al.* (2022) é fundamental a conscientização dos atores envolvidos, com participação dos grupos familiares e da escola nesse processo de trabalho sobre EAN, a fim de potencializar a incorporação de hábitos alimentares saudáveis entre os alunos. Reforçando a importância de incluir a comunidade escolar no desenvolvimento das ações de EAN.

Conforme Santos *et al.* (2021) as ações de educação alimentar e nutricional emergem desafios aos profissionais, tendo em vista a complexidade que rege o comportamento alimentar.

Ainda um importante aspecto para execução dos planos é o apoio do município, a maioria dos cursistas 48 (81,4%) relatam ter recebido algum tipo de apoio. Se faz necessário o comprometimento dos gestores envolvidos, uma vez que suas atitudes impactam diretamente o na qualidade das ações e na saúde dos estudantes (Tombini *et al.*, 2022).

No que se refere aos obstáculos para para implementação dos planos, corroborando a diferença de implementação quando se observa os anos de execução do



curso, as dificuldades são identificadas principalmente pela demanda de trabalho, falta de tempo, bem como a pandemia de Covid-19.

“As aulas de maneira online e o período de retorno às aulas presenciais se tornaram uma fragilidade para o desenvolvimento das atividades” (Educador 1)

“Devido a pandemia do COVID, o projeto ainda não foi implementado” (Educador 2)

“Número de Nutris abaixo da legislação, dificuldade de envolvimento dos profissionais dentro do ambiente escolar com as atividades propostas.” (Nutricionista 1)

“Não priorização das atividades devido à grande demanda de atribuições ao RT.” (Nutricionistas 2)

“Acúmulo de demandas e aceitação pelas equipes das escolas” (Educador 3)

É sabido que o Nutricionista atende um grande número de atribuições enquanto responsável técnico do PNAE conforme definido na resolução CFN Nº 788, de 13 de setembro de 2024. Para Chaves et al. (2013), destaca que apesar dos nutricionistas terem conhecimento das suas atribuições, há sobrecarga de atividades. As atividades com algum nível de complexidade, necessitam da disponibilidade de materiais e de outros profissionais de apoio, bem como na execução da avaliação nutricional, testes de aceitabilidade e atividades de educação alimentar e nutricional, são negligenciadas em detrimento da necessidade do trabalho administrativo que o nutricionista também exerce.

No que se refere ao impacto da pandemia de Covid-19 frente às ações de EAN, Santos *et al.* (2022) apontam que houve uma modificação dos padrões alimentares. Em razão do período de isolamento, algumas famílias tiveram mais tempo para cozinhar. Em contrapartida, também percebeu-se um maior consumo de alimentos ultraprocessados e aumento do consumo de bebidas alcoólicas, comprometendo a saúde dos indivíduos de forma ter algum impacto frente a saúde da população. Deste modo, é necessário que as ações da EAN sejam fortalecidas visando a promoção e prevenção à saúde.

Em relação às limitações do estudo, se observa o baixo número de respostas comparado com o total de cursistas que já concluíram o curso.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste trabalho evidenciam que há efetividade em relação ao curso uma vez que 78% dos participantes relatam aplicar os planos de EAN, mesmo que parcialmente. Ainda a partir da análise dos resultados, percebe-se a inclusão de pais, alunos e da comunidade escolar no desenvolvimento das ações, conforme exposto no *Marco de EAN*, o ato de educar é permanente, devendo estar presente ao longo das diferentes fases da vida. Bem como a importância do apoio dos gestores do município para execução dos projetos.

Além disso, é importante o fortalecimento da participação ativa e a ampliação dos graus de autonomia, para as escolhas e para as práticas alimentares saudáveis. Ainda o estudo demonstra que os cursistas tiveram algum tipo de apoio do seu município. Ora, na construção de ações intersetoriais é importante que haja troca e construção coletiva de saberes.

No entanto, ainda há dificuldade na elaboração do plano e sua temática, percebe-se que ainda há falta da compreensão da alimentação em aspectos sociais e culturais, onde os conhecimentos ainda são embasados no ponto de vista biológico mesmo após a conclusão do curso.

Verificou-se que entre as dificuldades também estão a carga de trabalho dos nutricionistas enquanto responsável técnico do PNAE, e do professor com carga horária limitada para o desenvolvimento das ações de EAN. No entanto, isso evidencia a importância da inserção das práticas de EAN nos projetos políticos pedagógicos de modo estar planejada ao longo do calendário escolar, sem apresentar um caráter de função extra ao professor.

Considerando o exposto acima, se reforça a importância da oferta do curso *Planejamento de ações de Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar* para educadores e nutricionistas. Ainda neste contexto, visando ampliar os conhecimentos promovidos pelo curso, em 2024 o curso passou da carga horária de 60 horas para 100 horas, dentre as quais 60 horas de atividade em ambiente virtual de aprendizagem e 40 horas de atividades autônomas a serem realizadas pelos cursistas.



Ademais, é importante a continuidade da ampliação dos conhecimentos e formação no âmbito da EAN por parte dos profissionais dos diferentes setores, em conjunto com a valorização e condições de trabalho adequado para o desenvolvimento das práticas e em consonância com a legislação e políticas públicas específicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/compra_institucional/Lei%2011%20947-2009.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Execução do PNAE durante a pandemia.** 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/pnae-em-tempos-de-pandemia>

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Recomendações para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar no retorno presencial às aulas durante a pandemia da covid-19: educação alimentar e nutricional e segurança dos alimentos.** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/recomendacoes-para-a-execucao-do-programa-nacional-de-alimentacao-escolar-no-retorno-presencial-as-aulas-durante-a-pandemia-da-covid-19-educacao-alimentar-e-nutricional-e-seguranca-dos-alimentos-1>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição.** Brasília: MS, 2013. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Princípios e práticas para educação alimentar e nutricional.** Brasília: MDS, 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Educacao_Alimentar_Nutricional/21_Principios_Praticas_para_EAN.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.** Brasília: MDS, 2012. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf.

CASTRO, Mariana Almeida Viveiros de; LIMA, Grazielle Corrêa de; ARAUJO, Gabriella Pinto Belfort. Educação alimentar e nutricional no combate à obesidade infantil: visões do brasil e do mundo.. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição -**



Rasbran, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 167-183, 27 jul. 2021. Revista da Associação Brasileira de Nutrição - RASBRAN. <http://dx.doi.org/10.47320/rasbran.2021.1891>.

CECANE, SPERB, Amanda Souza Silva; NASCIMENTO, Etho Roberio Medeiros; KOPPER, Agnes Gomez; SILVEIRA, Muriele Betencourt; OLIVEIRA, Crispiniana Teixeira de; PEGORARO, Steffany Bens; CARDOSO, Stephanie Salati. **Cartilha do curso Planejamento de Ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar**. Porto Alegre: UFRGS, 2024. 164 p.

CHAVES, Lorena Gonçalves; SANTANA, Thais Cristina Mantovani; GABRIEL, Cristine Garcia; VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 18, n. 4, p. 917-926, abr. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232013000400003>.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN no 788, de 13 de setembro de 2024**. Dispõe sobre as atribuições de nutricionista na atuação em Alimentação e Nutrição no Ambiente Escolar e dá outras providências. Brasília: CFN, 2024. Disponível em: <http://sisnormas.cfn.org.br:8081/viewPage.html?id=788>

MAGALHÃES, Heloísa Helena Silva Rocha; PORTE, Luciana Helena Maia. Percepção de educadores infantis sobre educação alimentar e nutricional. **Ciência & Educação (Bauru)**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 131-144, jan. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1516-731320190010009>.

MALDONADO, Luciana; FARIAS, Silvia Cristina; DAMIÃO, Jorginete de Jesus; CASTRO, Luciana Maria Cerqueira; SILVA, Ana Carolina Feldenheimer da; CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. Proposta de educação alimentar e nutricional integrada ao currículo de Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 37, n. 1, 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00152320>.

MELGAÇO, M. B.; SILVA, L. F. DA .; MATOS-DE-SOUZA, R.. Hoje tem galinhada: o papel das merendeiras na promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada . **Educação e Pesquisa**, v. 49, p. e260167, 2023.

MENDES, R. M.; MISKULIN, R. G. S.. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 165, p. 1044–1066, jul. 2017.

Resolução nº 02 de 09 de abril de 2020. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus – Covid-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2-de-9-de-abril-de-2020-252085843>

Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação



Escolar - PNAE. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view>.

SANTOS, Alana Leandro dos; SANTOS, Leandro dos; PATAXÓ, José Santos. EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: AÇÕES REALIZADAS POR MEIO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (TDICS) DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19. **Graduação em Movimento: Ciências da Saúde**, Itabuna, v. 1, n. 1, p. 101-128, fev. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifc.edu.br/index.php/gdmsaude/article/view/65/59>.

SANTOS, Priscila Sousa Oliveira dos, et al. Percepção dos nutricionistas do Programa Nacional de Alimentação Escolar sobre educação alimentar e nutricional. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, [S.L.], v. 16, n. 8., 16 mar. 2021. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/demetra.2021.51296>.

TOMBINI, Paula Koehler; OLIVEIRA, Luciana Dias de; BUENO, Marilene Cassel; SILVA, Vanuska Lima da; RUIZ, Eliziane Nicolodi Francescato. Desafios da Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar: Perspectiva de Nutricionistas e Educadores. **Ágora**, (St. Cruz Sul, Online), v. 24, n. 2, p. 118-137, dez. 2022. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/agora/index>.

Nota Técnica nº 2810740/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Dispõe sobre a Educação Alimentar e Nutricional no PNAE: atores sociais e possibilidades de atuação